

**PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA****UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA****CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES****DEPARTAMENTO: DIREITO****DISCIPLINA:**

Direito Constitucional: teoria dos direitos fundamentais

CÓDIGO:

DIR 366

DURAÇÃO EM SEMANAS: 15**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 02 HORAS**CARGA
HORÁRIA
TOTAL:** 30
HORAS**SEMESTRE LETIVO:** 2024.1**PERÍODO:**

Ímpar

PROFESSOR: Luiz Ismael Pereira**OBJETIVOS****Ao final desta disciplina o estudante deverá ser capaz de:**

- Compreender a sistemática dos direitos fundamentais;
- Desenvolver senso crítico sobre as decisões judiciais em direitos fundamentais;
- Aplicar em casos práticos a eficácia dos direitos fundamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direitos fundamentais e a história do direito constitucional;
2. Direitos fundamentais e direitos humanos;
3. Conceitos elementares: princípios, regras, direitos subjetivos e restrições aos direitos fundamentais.
4. Topologia dos direitos fundamentais;
5. Direitos fundamentais materialmente constitucionais: o papel dos Tratados Internacionais;
6. Direitos fundamentais e direitos de cidadania: direitos civis, políticos e sociais;
7. Crítica à teoria das gerações/dimensões dos direitos fundamentais;
8. A problemática da Constituição Dirigente e o projeto de 1988: o art. 3º da Constituição Federal;
9. A judicialização dos direitos sociais: planejamento e políticas públicas;
10. Mínimo existencial e a reserva do possível: a proibição do retrocesso dos direitos sociais;
11. Hermenêutica e interpretação constitucional;
12. Fundamentos do processo constitucional.

METODOLOGIA DE ENSINO

1. Aulas discursivas e dialógicas com leituras selecionadas para cada um dos temas.
2. Considera-se razoável a dedicação mínima dos discentes aos estudos da disciplina na mesma proporção da carga horária semanal.
3. O áudio das aulas poderá ser gravado pelo professor para fins de melhoramento didático.

RECURSOS AUXILIARES DE ENSINO

1. Plataforma MOODLE;
2. Lousa para anotações em sala;
3. Arquivos em nuvem;
4. Leituras prévias.

FORMAS DE AVALIAÇÃO		
TIPO	DATA	VALOR
Prova 1	08/04/2024	30
Prova 2	06/05/2024	30
Participação – estudo de caso em sala	24/06/2024	40
INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS		
<ol style="list-style-type: none"> 1. As avaliações consistirão em provas com questões objetivas e dissertativas. 2. Cada Parte da disciplina terá uma avaliação, podendo as matérias serem cumulativas ou não. 3. As provas serão realizadas nas datas aprazadas, não podendo ser realizadas fora do Regime Especial previsto no Regime Didático da Graduação. 4. As provas serão individuais e com consulta, somente, à legislação sem anotações. 5. As respostas deverão ser à caneta azul ou preta. <u>Respostas a lápis não serão corrigidas.</u> 		
INSTRUÇÕES PARA O ESTUDO DE CASO EM SALA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. A turma se organizará em 3 grupos (G1, G2 e G3) para leitura e análise dos documentos disponibilizados no MOODLE relativos à ADPF 442. 2. Cada grupo escolherá um(a) Relator(a) que apresentará uma Narrativa contendo: i) os argumentos, ii) os fatos narrados, iii) os direitos fundamentais envolvidos (dispositivos legais e constitucionais), iii) as técnicas de hermenêutica constitucional aplicadas e iv) as soluções encaminhadas para o caso, sem realização de juízos de valor (10 minutos para cada – total de 30 minutos). 3. Após, os componentes do outro grupo poderão escolher até 3 estudantes de outro grupo para responder 2 questões formuladas por eles oralmente (15 minutos para as duas questões de cada grupo – total 45 minutos). 4. Considerações finais sobre o caso (10 minutos). 5. As Narrativas serão entregues impressos para o professor. Exemplos de narrativas de estudos de caso podem ser encontradas no site https://direitosp.fgv.br/casoteca-fgv-direito-sp. 6. As narrativas devem conter, ao final, os nomes dos(as) integrantes do grupo e o papel desempenhado por cada um(a) na atividade. 7. A falta no dia da discussão do estudo de caso em sala levará a corte de 50% da nota que o(a) estudante teria. No caso de regime especial, o(a) estudante deverá responder a questões formuladas pelo professor referentes ao caso para suprir os pontos cortados. 		
EXAME FINAL		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Data do Exame Final: entre os dias 02 e 05/07/2024, a ser marcado e em formato <u>presencial</u>. 2. As/os discentes que atingirem média entre 40 e 59 pontos, inclusive, poderão realizar o exame final com o conteúdo acumulado do semestre e em forma escrita. 		
PROCEDIMENTO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. O controle de frequência se dará por cada hora-aula ministrada através da forma escrita e/ou oral, ocorrendo no início e no fim de cada hora-aula, sendo para a primeira e segunda aula respectivamente, <u>tolerando-se 10 minutos no início e 10 minutos no final</u>. O lançamento da infrequência será feito no link disponível no MOODLE. 2. No caso de regime excepcional pelos motivos e procedimentos elencados na Resolução CEPE Nº 01/2023 – Regime Didático. <u>Deve-se seguir o procedimento indicado por e-mail pelo Registro Escolar.</u> 3. <u>Em nenhuma hipótese</u> ocorrerá abono de faltas nos casos não disciplinados pelo regime especial. 		

4. Somente será feita a 2ª chamada de prova, **em dia a ser agendado**, com a devida justificativa enquadrada no regime especial e solicitada ao Registro Escolar, o qual informará ao docente. O agendamento será individual ou em grupo, dependendo do caso.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BERCOVICI, Gilberto. Ainda faz sentido a Constituição Dirigente? **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**. Porto Alegre, v. 1, nº 6, p. 149-162.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de políticas públicas em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 1-49.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. A Cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988. In: BONAVIDES, Paulo; LIMA, Francisco Gerson Marques de.; BEDÊ, Fayga Silveira. **Constituição e democracia: estudos em homenagem ao prof. J. J. Gomes Canotilho**. São Paulo, SP: Malheiros, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional**. 35.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2021.

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2009, Capítulos 1 e 2, pp. 23-40).

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3 ed. São Paulo: saraiva, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. **Direito Econômico do petróleo e dos recursos minerais**. São Paulo: Quartier Latin, 2011, pp. 16-26.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo**. 2.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, pp. 29-37 e 319-326.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A construção do artigo 5º da Constituição de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Introdução, pp. 11-17.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Capítulo 4.

PEREIRA, Luiz Ismael. O papel dos princípios no constitucionalismo contemporâneo. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo, v. 75, pp. 65-87, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. Dimensões da cidadania. In: Novos Direitos e Proteção da Cidadania. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público**. Ano 2 – janeiro/junho 2009.

Casos de estudo:

ADPF 442 - <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865> (demais documentos do caso estão disponíveis no MOODLE).

OBS: outros textos e documentos poderão ser indicados em sala de aula e/ou incluídos no MOODLE.